

POLÍTICAS DE INCLUSÃO DE BIBLIOTECÁRIOS NAS BIBLIOTECAS PÚBLICAS MUNICIPAIS DOS ESTADOS DE PERNAMBUCO E DA PARAÍBA¹

*Johnny Rodrigues Barbosa**
*Joana Coeli Ribeiro Garcia***

Resumo

Analisa políticas brasileiras no tocante à criação de Bibliotecas Públicas (BP), bem como a inclusão dos profissionais Bibliotecários nesse tipo de biblioteca, nos estados da Paraíba e de Pernambuco. Realiza retrospecto histórico dos programas de incentivo e universalização do equipamento Biblioteca Pública, iniciados com o Instituto Nacional do Livro, e continuados na atualidade pelo Sistema Nacional de Bibliotecas Públicas (SNBP) da Biblioteca Nacional. A pesquisa tem como fonte de informação para levantamento dos dados o Cadastro de Bibliotecas do SNBP em sua versão *online*. O estudo realiza-se por meio da abordagem quantitativa auxiliado por comparações, para possibilitar a contabilização das quantidades de BP em atividade, de municípios com e sem bibliotecas públicas, de Bibliotecários em atividade no mercado, de municípios sem Bibliotecários bem como o grau de instrução dos atuais gestores nos estados. Conclui-se que Pernambuco possui mais BP e menos Bibliotecários que a Paraíba, e que as políticas do setor priorizam a implantação de BP nos estados dotando-as de equipamentos, móveis e utensílios, e de acervos necessários. Entretanto, fundamentalmente, descurando a inclusão do profissional Bibliotecário em conformidade com o que preceitua a Lei nº 4.084 de 1962.

Palavras-chave: Bibliotecas Públicas. Bibliotecários. Políticas para Bibliotecas Públicas.

1 INTRODUÇÃO

O interesse em transformar o Brasil em um país de leitores alcançou sempre espaço significativo nas agendas governamentais. Um dos aspectos considerados é a

¹ Extrato de monografia

* Bacharel em Biblioteconomia pela Universidade Federal da Paraíba.

** Doutora em Ciência da Informação, Professora do Departamento de Ciência da Informação da Universidade Federal da Paraíba e-mail: joanacoeli@uol.com.br

universalização e democratização de acesso à informação por meio de bibliotecas, instituições capazes de minimizar as barreiras de acesso à cultura, à educação e por via de consequência à ampliação do conhecimento. A começar pela situação educacional são incontáveis as barreiras a serem superadas para a concretização desse projeto, em especial destaque-se que, um em cada quatro brasileiros acima de 15 anos, o que corresponde a 25%, consegue ler e escrever textos um pouco mais complexos, sendo os demais analfabetos absolutos ou funcionais (AMORIM, 2006, p.14).

No contexto econômico, principalmente no interior dos estados brasileiros, em que as bibliotecas inexitem, as barreiras podem ser maiores, quando a população por priorizar necessidades urgentes, como alimentação e saúde, fica impedida de direcionar seu poder aquisitivo aos materiais bibliográficos.

Tendo em vista que nas escolas o equipamento biblioteca é inexistente, a Biblioteca Pública assume essa função, sendo fundamental para prover informações aos que delas necessitam. Tendo esses princípios como norteadores a Fundação Biblioteca Nacional por meio da Coordenação do Sistema Nacional de BP (SNBP) esclarece que:

O conceito de Biblioteca Pública baseia-se na igualdade de acesso para todos, sem restrição de idade, raça, sexo, status social, etc. e na disponibilização à comunidade de todo tipo de conhecimento. Deve oferecer todos os gêneros de obras que sejam do interesse da comunidade a que pertence, bem como literatura em geral, além de informações básicas sobre a organização do governo, serviços públicos em geral e publicações oficiais. A Biblioteca Pública é um elo entre a necessidade de informação de um membro da comunidade e um recurso informacional que nela se encontra organizado e à sua disposição. Além disso, uma Biblioteca Pública deve constituir-se em um ambiente realmente público, de convivência agradável onde as pessoas possam se encontrar para conversar, trocar idéias, discutir problemas, auto instruir-se e participar de atividades culturais e de lazer. (BRASIL, 2000, p. 17).

As BP assumem um papel importante para os municípios brasileiros: representam a democratização da informação; custodiam um acervo bibliográfico heterogêneo capaz de contemplar os interesses de todas as pessoas de todas as idades. Nessas condições, os municípios brasileiros que possuem bibliotecas auxiliam de maneira significativa, minimizando um dos mais sérios problemas da sociedade atual, qual seja a desigualdade entre os que têm acesso à informação e os que dela estão desprovidos. (CORREIA; CUNHA JÚNIOR, 2007).

Mas é igualmente importante lembrar, que a grande maioria das BP necessita de profissionais Bibliotecários como gestores responsáveis pelo tratamento, seleção e disseminação da informação possibilitando melhor uso e com mais proveito das informações pela população atendida. São eles os incentivadores de práticas que conduzem à manutenção e à ampliação das tradições culturais que perpetuam a história dos povos. Em suas relações com os diferentes grupos de usuários a BP, por meio dos recursos humanos, aperfeiçoa métodos e técnicas que lhe são próprias e consequentemente com eficiência para atendimento de sua missão. No uso desses recursos a BP executa atividades também relacionadas com a informação, a alfabetização, a educação e a cultura, como destaca a Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura (UNESCO) pelo Manifesto (1995).

O envolvimento com o curso de Biblioteconomia na Universidade Federal da Paraíba e o trabalho na Biblioteca Pública, do município de Itambé, interior de Pernambuco, despertou o interesse em analisar as políticas brasileiras direcionadas à esse tipo de bibliotecas, bem assim a inclusão dos profissionais Bibliotecários, nos estados da Paraíba e de Pernambuco.

Portanto, os dados apresentados resultam de pesquisa de conclusão de Curso de Graduação em Biblioteconomia da Universidade Federal da Paraíba. Nela, fora estudada de forma comparada a inclusão de Bibliotecários nas Bibliotecas Públicas Municipais (BPM) dos estados nordestinos da Paraíba e de Pernambuco bem como as principais políticas públicas no tocante ao desenvolvimento deste setor.

2 POLÍTICAS PARA BIBLIOTECAS PÚBLICAS

2.1 INCLUSÃO DE BIBLIOTECÁRIOS

A relação que deve existir entre Bibliotecários e BP há muito é questionada pelos pares da Biblioteconomia, em virtude de que muitas dessas bibliotecas existem no Brasil sem possuir, em atuação, sequer um profissional Bibliotecário. Os prejuízos por consequência acabam numa dualidade entre a categoria em questão, que não raro é rotulada de meros profissionais “demandantes de silêncio” e “guardiões de livros” pelos usuários dos serviços que acabam prejudicados pela falta de um serviço eficiente e eficaz. O professor Luiz Augusto Milanesi, da Universidade de São Paulo, questionando essa situação afirma que:

Tanto nas Bibliotecas Públicas como nas escolares, o ausente, ou simplesmente, o vilão, foi indicado com clareza: o Bibliotecário. Que profissional é esse que não se encontra onde deveria estar? Por que entre 450 Bibliotecas Públicas Municipais, 400 não têm Bibliotecário? [...] Há, entretanto, uma legislação que reserva o espaço “biblioteca” para o Bibliotecário, lei que como tantas outras é fraudada. (MILANESI, 1989, p.122-123).

A lei a que se refere Milanesi (1989) é a de nº 4.084 de 30 de junho de 1962, preceituando que:

Para o provimento e o exercício de cargos técnicos de Bibliotecários, Documentalistas e Técnicos de Documentação, na administração pública federal, estadual ou municipal, autárquica, paraestatal, nas empresas de economia mista ou nas concessionárias de serviços públicos, é obrigatória a apresentação do diploma de Bacharel em Biblioteconomia, respeitados os direitos dos atuais ocupantes. (BRASIL, 2008).

A Lei fornece, claramente, o entendimento de que biblioteca é o espaço por natureza para ser gerido por Bibliotecários. No entanto, a realidade cotidiana nos mostra que nem tudo o que está prescrito como justo e direito na legislação, corresponde ao que é executado. Os programas de incentivo, criação e revitalização de BP no Brasil são idealizados pelo Governo Federal, porém gerenciados e colocados em prática pelos municípios. Esses programas se colocados em ação seguindo as prescrições da lei, seriam o portal por onde os Bibliotecários atuariam em muito maior quantidade.

Segundo Correia e Cunha Júnior (2007) ao discutirem a carência de profissionais Bibliotecários na Região Metropolitana Norte do Recife entrevistando a Bibliotecária gerente da Biblioteca Pública Estadual reiteram que uma das questões cruciais para a composição desse cenário é a falta de um salário proporcional à classe. Durante a entrevista confirmaram que “muitas vezes as prefeituras pagam apenas um salário mínimo para os coordenadores de bibliotecas” (CORREIA; CUNHA JÚNIOR, 2007, p.13).

Também contribuem para os baixos salários do Bibliotecário a baixa prioridade que a sociedade brasileira coloca nos serviços Bibliotecários, o desconhecimento da força do trabalho profissional qualificado (expresso em serviços qualificados) como mercadoria passível de troca por salário equânime, no mercado de força de trabalho. (OLIVEIRA, 1983, p.69 *apud* CORREIA; CUNHA JÚNIOR, 2007, p.13)

Para Job e Oliveira (2006), ao historiarem os marcos legais da profissão de Bibliotecário no Brasil no que se refere aos programas governamentais ressaltam a existência de tentativa para o trabalho sobre a importância do hábito da leitura, mas esses trabalhos desconsideram as funções do profissional Bibliotecário inserido em iniciativas dessa espécie.

Com a mesma força e do mesmo modo reiteram que programas como o citado, inúmeras vezes, são confiados a leigos despreparados, inclusive, que sequer possuem o ensino médio concluído. Os autores citados concluem que a sociedade não deveria ser penalizada pela negligência de organismos que seriam os responsáveis em aferir, avaliar e oferecer as condições para sanar este tipo de situação.

2.2 INCENTIVO ÀS BIBLIOTECAS PÚBLICAS

Em 1937, quando o Ministério da Educação e Saúde por iniciativa do então ministro Gustavo Capanema cria o Instituto Nacional do Livro (INL) por meio do Decreto Lei nº93 de 21 de dezembro do mesmo ano (BRASIL, 2008), surgem as primeiras políticas públicas em forma de programas para atuação das Bibliotecas Públicas.

O INL gerenciava os convênios com os municípios, mantinha também a função de publicar obras de interesse da cultura nacional, e atualizar a Enciclopédia Brasileira e o dicionário da língua nacional. Em outras palavras liderou as políticas referentes as BP até que a partir de 1992, durante o Governo Collor, o INL é extinto dando lugar a uma nova instituição que assume a política nacional das bibliotecas o Sistema Nacional de Bibliotecas Públicas (SNBP) subordinado à Biblioteca Nacional no Rio de Janeiro.

O SNBP no início de suas atividades não pôde dar prosseguimento ao ritmo de implantação de novas bibliotecas como vinha até então o INL. Nesse instante o Brasil viveu um período de instabilidade econômica o que impossibilitou o desenvolvimento desses trabalhos e, portanto, uma atuação bem mais efetiva.

Já em 1999 o governo Fernando Henrique Cardoso cria, com sede em Brasília, a Secretaria Nacional do Livro e da Leitura vinculada ao Ministério da Cultura (MINC). Tal instituição tinha a função de celebrar convênios e criar novas bibliotecas no Brasil por meio do programa: **Uma biblioteca em cada município**, cujos objetivos eram zerar

o número de municípios sem bibliotecas e quando necessário revitalizar as já existentes. Nesse período o SNBP continuou auxiliando as políticas com apoio técnico.

Em 2003, o Governo Luís Inácio Lula da Silva extinguiu a Secretaria Nacional do Livro e da Leitura e a responsabilidade integral pelas políticas bibliotecárias retorna ao SNBP, agora executando o: **Programa livro aberto** cujos objetivos assemelham-se aos do governo anterior. Observa-se assim mesma política executada por dois governos distintos ideologicamente, porém com vinculações instituições e gerenciadoras diversas. Esse programa, até o momento, continua sendo executado, beneficiando mais de 530 municípios entre os anos de 2004 e 2006, contemplando-os com acervos, mobiliários e equipamentos. No entanto, segundo Cavalcanti (2008) o programa deve se concentrar agora nos 613 municípios brasileiros sem bibliotecas.

3 ESTRATÉGIAS METODOLÓGICAS

O levantamento sobre a situação das BP e inclusão de Bibliotecários foi realizado no Cadastro Nacional das Bibliotecas Públicas Brasileiras, em sua versão online, durante o mês de julho de 2008. Este cadastro, mantido e atualizado pelo SNBP, encontra-se disponível na página: http://catalogos.bn.br/scripts/odwp012k.dll?INDEXLIST=snbp_br:snbp e detém dentre as informações estaduais, registros de Bibliotecas Comunitárias; Bibliotecas Populares; Bibliotecas Públicas Estaduais. Porém, nesse estudo foram analisadas somente as BPM.

A pesquisa usou a abordagem quantitativa auxiliada pelos métodos descritivo e comparativo. O método descritivo caracteriza-se como capaz de:

[...] abordar aspectos amplos de uma sociedade como, por exemplo, descrição de população economicamente ativa, do emprego de rendimento de consumos, do efetivo de mão de obra; levantamento da opinião e atitudes da população acerca de determinada situação; caracterização do funcionamento de organizações; identificação do comportamento de grupos minoritários. (RICHARDSON, 1985, p.30).

Sua utilização possibilitou descrever a realidade de ocupação do mercado de trabalho dos profissionais Bibliotecários nos estados da Paraíba e de Pernambuco.

A Biblioteconomia possui uma área originada na Educação comparada, denominada como Biblioteconomia Comparada, conceituada como “o estudo e a comparação da teoria e da prática bibliotecária em todos os diversos países do mundo, com a finalidade de ampliar e aprofundar a nossa compreensão acerca dos problemas profissionais e das soluções propostas.” (SHORES *apud* FIGUEIREDO, 1973, p. 133).

O método científico utilizado na Biblioteconomia Comparada é descrito por Simsova e Mackee (1970), como um processo de comparar dois ou mais fenômenos, buscando semelhanças nas diferenças e diferenças nas semelhanças. Também pode ser compreendido como “um método importante para pesquisar as causas e os efeitos no processo de desenvolvimento Bibliotecário e para compreender os problemas Bibliotecários” (COLLINGS *apud* FIGUEIREDO, 1973, p. 134).

Na Biblioteconomia Comparada existem algumas modalidades de estudos, sendo o maior deles o **estudo comparativo de área** que se distingue como uma análise da

prática e do desenvolvimento Bibliotecário numa determinada área geográfica, razão por que foi escolhido para essa pesquisa.

O estudo de área envolve a maior quantidade de materiais sendo o tipo de estudo mais dominante. Uma área específica, como um país ou uma região, é examinada do ponto de vista de seu sistema Bibliotecário, fazendo-se uma apreciação de alguns ou todos os seus aspectos. O material reunido durante a realização desse tipo de estudo inclui uma análise de seu processo de desenvolvimento, as soluções que propôs para os problemas e uma análise de suas possibilidades e evoluções futuras. (FIGUEIREDO, 1973, p. 137).

Foram analisados os estados da Paraíba e de Pernambuco. Ambos pertencentes à Região Nordeste do Brasil possuindo características sociais, culturais, econômicas e educacionais compatíveis para a pesquisa.

4 RESULTANTES DAS POLÍTICAS

Pernambuco é uma unidade da federação brasileira, situada no Nordeste e caracterizada como um dos estados mais antigos e tradicionais do país. Tem forte tradição da produção agrícola desde os tempos das capitanias hereditárias no período colonial onde se destacava como um dos maiores produtores de cana de açúcar. Nos dias atuais Pernambuco desponta como um dos estados mais desenvolvidos industrialmente da Região Nordeste. Abriga o complexo industrial de Suape, possuindo uma infra-estrutura de escoamento de produção com quatro grandes portos e dois aeroportos internacionais. Possui uma população, segundo o IBGE (2008) de cerca de 8.485.386 hab. com um Produto Interno Bruto de R\$ 42.260.926.000. Segundo o Atlas Escolar de Pernambuco (2003, p.140), 67,8 % de sua população encontra-se alfabetizada.

A Paraíba caracteriza-se também como um estado culturalmente tradicional no Nordeste brasileiro. É um produtor agrário de abacaxi, cana-de-açúcar, fumo, graviola, juta, umbu, cajú, manga, acerola, mangaba, tamarindo, mandioca, milho, sorgo, urucum, pimenta do reino, castanha de cajú, arroz, café e feijão. É detentor de um Produto Interno Bruto de 16.000.000.000 bilhões, segundo a Federação das Indústrias do Estado da Paraíba (FIEP, 2008). Segundo o Atlas Escolar da Paraíba (2002) 74% da população do estado está alfabetizada.

O Estado de Pernambuco possui um total de 184 municípios, dos quais 21, sem o equipamento biblioteca. Enquanto o Estado da Paraíba segundo o Atlas Escolar da Paraíba (2002) possui 223 municípios dos quais 108 com BP em atividades, ou seja, na Paraíba resulta, 115 municípios sem BP .

A Paraíba tem, no total, mais municípios, porém possui também o maior número de municípios sem bibliotecas, resultando que Pernambuco possui mais municípios com BP do que a Paraíba. Na realidade o número de BP nos dois Estados é maior do que o número de municípios com bibliotecas, isto porque há alguns com mais de uma. Assim, são 112 na Paraíba e 169 em Pernambuco.

Em termos de bibliotecas paralisadas a Paraíba lidera a posição com dois registros, sendo elas a Biblioteca Pública, Ariano Suassuna, no município de Santa Rita, e a Biblioteca Pública, Professor Aderbal Piragipe, no município de Cabedelo. Importante destacar que os dois municípios são integrantes da área denominada Grande

João Pessoa, pela proximidade com a capital do Estado. Em situação diversa, o Estado de Pernambuco possui apenas um registro nessa condição, a Biblioteca Pública Municipal Clóvis Gomes de Andrade, no município de Macaparana.

Com relação à inclusão do Bibliotecário ocupando funções nas BP identificamos que a Paraíba possui 14 profissionais e Pernambuco oito. Essa informação, no entanto, deve ser relativizada. Em primeiro lugar porque não há, por exemplo, solicitação de registro desses profissionais no respectivo Conselho Regional de Biblioteconomia e, em segundo, porque nos municípios interioranos, pode ocorrer de se tratar por Bibliotecário a pessoa que gerencia a biblioteca. É o caso do município de Monte Horebe, no Alto Sertão Paraibano, que no Cadastro das BP do SNBP apresenta registrados três Bibliotecários. Por meio de consulta telefônica constatou-se que são pessoas que receberam treinamento, realizado pela Coordenação Estadual de Bibliotecas, na Capital do Estado, João Pessoa, e ao efetuarem a atualização do Cadastro do SNBP se autodenominam Bibliotecários. Na realidade do universo de 108 municípios paraibanos que possuem BP, oito deles apresentam profissional Bibliotecário.

Já Pernambuco de 163 municípios equipados de BP, em oito constam o profissional. Percebe-se que os dois estados em termos de municípios com profissional Bibliotecário em seu quadro de pessoal estão nitidamente equiparados, porém não há uma explicação satisfatória para o Estado de Pernambuco em que há mais municípios sem Bibliotecários, exatamente possuindo esse estado mais municípios com bibliotecas. Em oposição, o Estado da Paraíba, percentualmente, encontra-se em defasagem, exatamente porque a quantidade de municípios é maior. Não havendo também justificativas plausíveis para essa situação.

Se, considerarmos Pernambuco, o sétimo Estado mais populoso do Brasil, com uma população de 8.485.386.000 (oito milhões quatrocentos e oitenta e cinco mil trezentos e oitenta e seis habitantes) segundo o censo demográfico de 2007, (IBGE, 2008) e dividirmos pelo número de Bibliotecários atuantes em BP encontraremos uma proporção de 1.060.687,25 habitantes por Bibliotecário.

8.485.386.000 Habitantes = 1.060.687,25 Habitantes/Bibliotecário
8 Bibliotecários

Já a Paraíba segundo o mesmo censo é o décimo terceiro estado mais populoso do Brasil com cerca de 3.641.395.000 (três milhões seiscentos e quarenta e um mil trezentos e noventa e cinco habitantes). Adotando o mesmo cálculo encontramos 260.099,64 habitantes por Bibliotecário.

3.641.395.000 Habitantes = 260.099,64 Habitantes/Bibliotecário
14 Bibliotecários

Bibliotecário teria condições de atender a esse número de usuários, se na realidade eles o fossem. É quase tão sério quanto à relação habitante/médico nos municípios interioranos brasileiros. No entanto como referido anteriormente muitos desses profissionais se autodenominam Bibliotecários.

Assim, disponibilizamos o nível de instrução formal dos gestores dessas instituições conforme o gráfico abaixo.

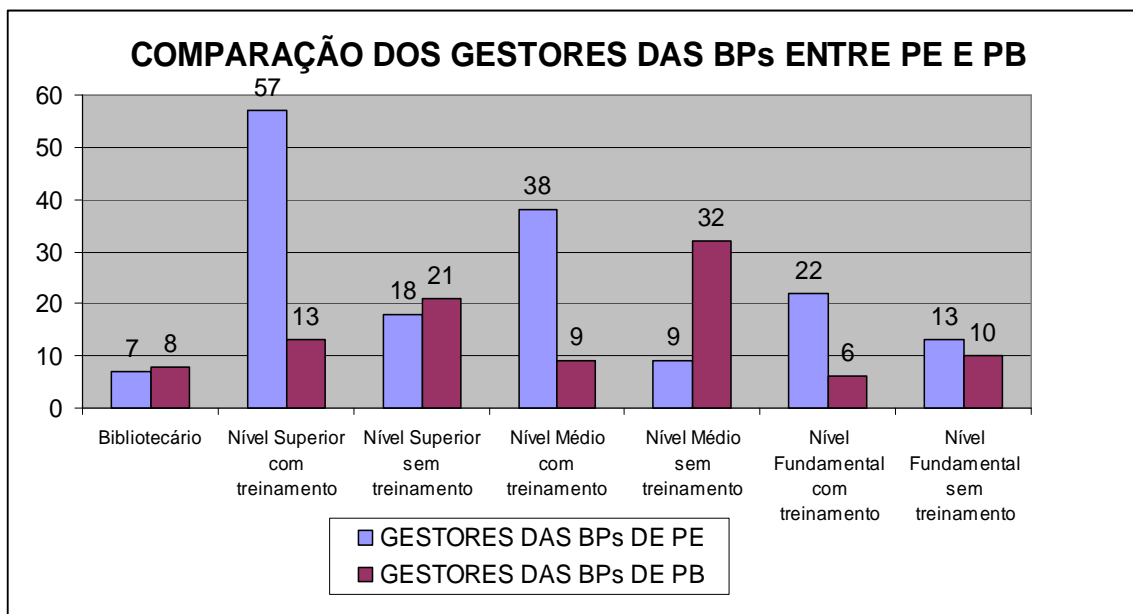


Gráfico 1: Nível de instrução formal dos gestores das BP da Paraíba e de Pernambuco.

O número de Bibliotecários aparece reduzido no gráfico, porque assumimos que apenas um deles detenha o cargo de gestor. No caso de Pernambuco deveriam figurar oito Bibliotecários como gestores, porém no município de Olinda onde consta a existência de Bibliotecário a instituição é dirigida por funcionário de nível médio segundo o SNBP e ainda segundo o diagnóstico das BPMs da Região Metropolitana Norte Recife realizado por Correia e Cunha Júnior (2007). Esse diagnóstico contemplou as seis BPMs existentes na região citada na qual o Município de Olinda está inserido. Segundo os autores as seis bibliotecas pesquisadas possuem 67 funcionários, destes apenas 02 são bacharéis em Biblioteconomia, mas estes não exercem a função de coordenadores das instituições nas quais trabalham (CORREIA; CUNHA JÚNIOR, 2007, p. 13).

Em Pernambuco das 169 BP analisadas, 164 disponibilizaram os dados. Na Paraíba todas as 112 BP disponibilizaram as informações sobre o nível de instrução dos gestores. Assim pudemos perceber que em Pernambuco assumem os postos de trabalho no cargo de Bibliotecário os profissionais de nível superior - não Bibliotecários - com treinamento, sendo estes uma população de 57 funcionários. Na Paraíba em mesma situação, funcionários de nível médio lideram a posição com uma população de 32 funcionários gerenciando as BP.

Outro dado importante é que existe BP em ambos estados dirigidas por funcionários de nível fundamental. Em Pernambuco são 35, e destes somente 22 possuem algum tipo de treinamento. Na Paraíba são 16 municípios com gestores de

nível fundamental e destes somente 6 possuem treinamento. Tal treinamento citado é fornecido pelas Coordenações Estaduais de Bibliotecas Públicas, representantes do SNBP nos estados.

Essas informações caracterizam uma desatenção à Lei 4.084 que regulamenta a profissão de Bibliotecário. Se legalmente e por direito garante-se ao Bibliotecário gerir a biblioteca torna-se injusto treinar pessoas de nível fundamental para ocupar o posto de trabalho desse profissional da informação. Se a referida lei fosse cumprida os estados de Pernambuco e da Paraíba teriam respectivamente 16 e 44 novos postos de trabalho para Bibliotecários, pois este é o número de novas BP criadas nesses estados durante os anos de 2004 a 2006, segundo Cavalcanti (2008).

Outra questão que não poderia ser negligenciada é a quantidade de BP nas capitais dos estados. Recife apresenta pelo SNBP apenas uma BP infantil, enquanto em João Pessoa não há BPM registrada. Constando como em atividade no SNBP está a Biblioteca Pública Estadual Juarez da Gama Batista localizada, no Bairro de Tambauzinho, no Subsolo da Fundação Espaço Cultural José Lins do Rego, vinculada ao Governo Estadual e por essa razão não incluída no estudo. No entanto, é de conhecimento público que essa biblioteca encontra-se com suas atividades paralisadas por período superior a quatro anos, sem oferecer qualquer serviço, e o que é bem pior, sem qualquer manifestação por parte da comunidade.

Na cidade de João Pessoa existe outra BP vinculada ao Estado, em pleno funcionamento na Rua General Ozório. Encontra-se sem registro no cadastro do SNBP. O registro da Biblioteca Pública Estadual da Paraíba Juarez da Gama Batista está constando no cadastro como se estivesse em plena atividade é no mínimo um descumprimento aos princípios administrativos da eficiência e da publicidade. Na eficiência por razões de trabalho que compete a Coordenação de Cadastros, não houve atualização durante esses anos da real situação em que a BPE - PB se encontra mergulhada. Na publicidade por divulgar nos registros institucionais do SNBP informações que não condizem com a realidade.

5 CONSIDERAÇÕES FINAIS

A comparação, entre os dois estados, enquanto área geográfica assemelha-se: são vizinhos; situam-se no Nordeste do Brasil; ambos apresentam características fortemente agrícolas; e aproximação percentual da população alfabetizada. No que tange as políticas de desenvolvimento das BP e a inclusão de Bibliotecários como gestores são elas determinadas pelo Governo Federal e encontram-se em registro de organismo também federal.

O estudo organizou essas informações sobre a situação das BPM nos dois estados, avaliando as políticas que as envolvem, mais do que apresentando as causas da não inclusão dos Bibliotecários nas BP. O estado de Pernambuco possui mais BP e menos Bibliotecários que a Paraíba. As políticas do setor que se efetivam priorizam a implantação de BP nos estados dotando-as de equipamentos, móveis e utensílios, e de acervos necessários.

A compreensão acerca da problemática profissional ainda pode ser ampliada com a inclusão de outros estados nordestinos e / ou de comparação com outras regiões brasileiras mais desenvolvidas. Assim o estudo atendeu ao que preceituam os autores da

Biblioteconomia Comparada tendo em vista que apresentou pelo menos três aspectos comparativos entre as áreas geográficas.

A classe de Profissionais Bibliotecários em Pernambuco e na Paraíba diante das informações expostas, ainda não alcançou seu apogeu no setor das BPMs. Considera-se que a garantia maior dos espaços de trabalho da classe, a Lei 4.084 de 1962 em pleno ano de 2008, 46 anos após sua edição, não consegue ser adotada nos estados estudados, sobretudo nos governos municipais. Este fato corrobora a ideologia de que nem tudo que está prescrito em documentos burocráticos, corresponde ao que verdadeiramente procede na realidade cotidiana. Dito de outra forma, o prescrito em leis, regulamentos, organogramas, normas etc. funciona como intenção do que seria ideal realizar, torna-se, por vezes, impraticável, de ser de fato e de direito incluído e implementado como rotinas administrativas.

Não faltam aparatos legais e órgãos fiscalizadores da profissão que garantam o espaço de trabalho aos Bibliotecários. Para favorecer a categoria possui uma legislação que se traduz numa política explícita. Por outro lado a profissão está inserida na Classificação Brasileira de Ocupações que lhe amplia a oficialidade. Ainda conta com o Conselho Federal e os Conselhos Regionais de Biblioteconomia, criados desde os anos de 1950 do século passado e seus respectivos Conselhos Regionais com a finalidade de fiscalizar a profissão, também explicitada em documentos legais. Mas nenhum desses instrumentos tem força suficiente para exigir dos gestores municipais o cumprimento das prescrições legais. Parece não existir vontade política para que se cumpra o prescrito ou em outras palavras não há comprometimento das autoridades constituídas. No Brasil há políticas que se efetivam e há as que ficam no reino das intenções.

Exíguos também são os registros de esforços dos Bibliotecários, no sentido de exigirem do Estado uma política para as bibliotecas públicas. Esta categoria profissional acredita, espera, e até deseja sinceramente que a situação mude, mas não consegue se comprometer politicamente com a questão. (ARAÚJO, 2002, p. 67).

É preciso um envolvimento dos profissionais com os poderes públicos. Sem esse envolvimento torna-se impossível reverter esse quadro. Para mudar o quadro do mercado das BP urge um trabalho agressivo das associações e Conselhos de Biblioteconomia; isso é possível conseguir envolvendo-se com as políticas públicas nacionais no sentido de influir junto aos gestores para admitir que na sociedade da informação ou num contexto globalizado é impossível não resistir ao apelo da informação; e em assim sendo é impossível também não pensar nos profissionais que respondem pela mediação entre os estoques e os usuários.

POLITIQUES D'INCLUSION DE BIBLIOTHÉCAIRES DANS LES BIBLIOTHÈQUES PUBLIQUES MUNICIPALES DES ETATS BRÉSILIENS DE PERNAMBUCO ET PARAÍBA

Résumé

Analyse des politiques publiques brésiliennes d'information en ce qui concerne à la création des bibliothèques publiques et la respective inclusion des professionnelles bibliothécaires là dedans, dans les états de Pernambuco et Paraíba. Réalise restrospective historique, en apresentant l'origine des programmes d'universalisation de l'équipement de la bibliothèque publique avec l'Institut National du Livre, et que continuent aujourd'hui avec le Sisthème National des Bibliothèques Publiques (SNBP). Utilise comme source d'information principale pour la découverte des données du cadastre des bibliothèque du SNBP en version online. L'étude est réalisé à travers d'une abordage de quantité aidée pour des comparaisons entre les deux états pour donner la possibilité de compter les quantités des bibliothèques publiques en activité, de communes avec et sans les responsables actuelles dans les états et leurs niveaux éducationels. On conclut que Pernambuco possède plus des bibliothèques publiques et moins de bibliothecaires que la Paraíba, et que les politiques publiques d'information du secteur donnent priorité à l'implantation des bibliothèques publiques pour les états avec des équipements des meubles, des ustensiles et des fonds nécessaires. Cependant, d'une façon fondamentale, il faut faire attention à l'inclusion du professionnel bibliothécaire conforme ce que dit la loi 4.084 de 1962.

Mot clés: Bibliothèques publiques. Bibliothécaires. Politiques Publiques d'inclusion des professionnelles Bibliothécaires

REFERÊNCIAS

AMORIM, Galeno et al. (Org). **Políticas públicas do livro e leitura**. Brasília: OEI, 2006. (Cadernos da Íbero-América).

ARAÚJO, Eliany Alvarenga de. **A palavra e o silêncio**: biblioteca pública e estado autoritário no Brasil. João Pessoa: Ed. UFPB, 2002.

ATLAS Escolar da Paraíba: espaço geo-histórico e cultural. 3.ed. João Pessoa: Grafset, 2002.

ATLAS Escolar de Pernambuco: espaço geo-histórico e cultural. João Pessoa: Grafset, 2003.

BRASIL. Congresso Nacional. **Lei nº 4.084 de 30 de junho de 1962**. Dispõe sobre a profissão de Bibliotecário e regula seu exercício. Disponível em: <http://www.trt02.gov.br/geral/tribunal2/Legis/CLT/Profis_regul/L4084_62.html>. Acesso em: 28 jun. 2008.

BRASIL. Fundação Biblioteca Nacional. **Biblioteca Pública**: princípios e diretrizes. Rio de Janeiro: Fundação Biblioteca Nacional, 2000.

CAVALCANTI, Ilce G. M. **Programa Livro Aberto no SNBP da Biblioteca Nacional**. Disponível em: <http://cdij.pgr.mpf.gov.br/noticias/palestra_cbbd/P1_A2.pdf>. Acesso em: 07 jun. 2008.

CORREIA, Anna Elizabeth Galvão Coutinho; CUNHA JÚNIOR, Moaci Vilarino da. Abrindo e fechando portas: diagnóstico das bibliotecas públicas municipais da região metropolitana norte do Recife – PE. **Biblionline**. João Pessoa, v.3, n.1, 2007.

FIEP. Disponível em: http://fiepb.com.br/noticias/2007/11/27/pib_da_paraiba_cresce_4_e_chega_a_r_16_bi> Acesso em: 02 set. 2008.

FIGUEIREDO, André de. Uma introdução à Biblioteconomia Comparada: sumário de pontos importantes. **Revista de Biblioteconomia de Brasília**, Brasília, v.1, n.2, p. 133-140, jul./dez. 1973.

IBGE. Disponível em: <<http://www.ibge.gov.br/home/>>. Acesso em: 06 ago 2008.

JOB, Ivone; OLIVEIRA, Dalgiza Andrade. Marcos históricos e legais do desenvolvimento da profissão de Bibliotecário no Brasil. **Revista ACB: Biblioteconomia em Santa Catarina**, Florianópolis, v.11, n.2, p.259-272, ago./dez. 2006. Disponível em: <<http://www.acbsc.org.br/revista/ojs/viewarticle.php?id=150>>. Acesso em: 15 jun. 2008.

MANIFESTO da UNESCO sobre bibliotecas públicas (1994). **IFLA Journal**, [S.l.], v. 21, n. 1, 1995. Disponível em: <<http://planeta.terra.com.br/educacao/biblioteca/manifesto.htm>>. Acesso em: 07 out. 2008.

MILANESI, Luis. **Ordenar para desordenar**: Centros de cultura e bibliotecas públicas. 2.ed. São Paulo: Brasiliense, 1989.

RICHARDSON, Roberto Jarry. **Pesquisa social**: métodos e técnicas. São Paulo: Atlas, 1985.

ROSA, Flávia Goullart Mota Garcia; ODDONE, Nanci. Políticas públicas para o livro, leitura e biblioteca. **Ciência da Informação**, Brasília, v.35, n.3, p. 183-193, set./dez. 2006. Disponível em: <http://www.ibict.br/cionline/viewarticle.php?id=909&layout=html> Acesso em: 15 jun. 2008.

SIMSOVA, S; MACKEE, M. **A handbook of comparative librarianship**. Londres: Clive Bingley, 1970.